

Aliança Pela Água lança petição pela manutenção de bônus na conta de água

Rede que reúne mais de 60 entidades divulga ainda carta aberta a governador de São Paulo exigindo manutenção de desconto para consumidor que economiza água, multa para os que desperdiçam e revogação de aumento na tarifa

São Paulo, abril de 2016 - A Aliança Pela Água, rede que reúne mais de 60 entidades entre ONGs, especialistas e movimentos sociais, lança nesta terça-feira, 26 de abril, a campanha #cademeubonus. Com uma petição pública dirigida ao governo do Estado de São Paulo, a campanha visa exigir a manutenção do bônus na conta de quem economiza água na Grande São Paulo, além da revogação de reajuste tarifário previsto para este semestre.

Com campanha nas redes sociais da Aliança Pela Água e realizada pela plataforma Panela de Pressão, a petição é endereçada ao Secretário Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Benedito Braga, à Arsesp (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) e à Sabesp (Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo). A campanha é acompanhada ainda de uma carta aberta endereçada ao governador do Estado de S. Paulo, Geraldo Alckmin, assinada pelas organizações e movimentos integrantes da Aliança, pelo Coletivo de Luta pela Água, e que ao longo da semana colherá adesões de outras redes e movimentos.

Link para a carta: http://bit.ly/Carta_Aberta e para petição: bit.ly/cademeubonus

“Ainda estamos longe de um nível seguro de armazenamento de água nas nossas represas e São Paulo já voltou a sofrer com a falta de chuvas. Por isso precisamos manter e incentivar todas as medidas de economia” afirma Marussia Whately, coordenadora da Aliança Pela Água. “A revogação do bônus não só penaliza o cidadão que investiu na construção de cisternas e na compra de caixas d'água e outros equipamentos para economizar, como pode gerar um efeito contrário, aumentando o consumo e colocando a população sob o risco de uma nova escassez”, explica.

As demandas são:

- Revogação imediata da deliberação ARSESP nº 643/2016, que autoriza novo reajuste anual tarifário;
- Revogação imediata das deliberações ARSESP nº 640 e 641 e manutenção do Programa de Bônus e Tarifa de Contingência, enquanto vigorarem as regras de restrição de retirada de água do Sistema Cantareira impostas pela ANA e DAEE;
- Revisão das regras para obtenção do desconto definidas pela deliberação ARSESP

nº 614 /2015, de forma a evitar desestímulo à economia de água;

- Promoção pela ARSESP, em conjunto com as instâncias de recursos hídricos, municípios e sociedade civil, de debate sobre inclusão de descontos e multas no âmbito do processo de revisão tarifária, que, segundo dados divulgados na imprensa, deve ser enviada pela SABESP para a ARSESP ainda em 2016.

A íntegra está disponível no link <http://www.arsesp.sp.gov.br/SitePages/legislacao.aspx>

Bônus e sobretaxa

O Programa de Bônus teve início em fevereiro de 2014, tendo como alvo a região abastecida pelo Sistema Cantareira. Com o agravamento da situação dos mananciais, no início de 2015 a medida foi ampliada para todos os consumidores da Grande São Paulo. Segundo Relatório de Sustentabilidade 2015 da Sabesp, o resultado foi a economia de 200 bilhões de litros, ou o equivalente a 5,6 m³/s.

Nesse mesmo período, foi implantada a Tarifa de Contingência, medida prevista na Lei Nacional de Saneamento para situações de emergência, criando assim uma “sobretaxa” sobre aumento do consumo em relação à média do ano anterior. Desde sua criação, ainda segundo a Sabesp, a “sobretaxa” atingiu em média 19% das residências, das quais 8% foram isentas do pagamento por estarem dentro da faixa de consumo mínimo - até 10m³/s mensais.

A combinação das duas medidas com a redução de pressão nas redes - que foi responsável por 50% da economia de água - teve um impacto significativo para a rede, gerando diminuição de 25% do consumo per capita da Região Metropolitana de São Paulo (de 159 litros/habitante/dia em 2013 para 120 litros/habitante/dia em 2015).

Diante da diminuição do consumo, a Arsesp autorizou a Sabesp a aumentar a tarifa da conta de água e serviço de esgoto em 8,44%, a partir de 12 de maio.

“A verdade é que estamos longe do fim da crise hídrica anunciado pelo governador Geraldo Alckmin. A seca recente foi um momento agudo, mas a crise é estrutural: há graves problemas de gestão, alto grau de poluição das águas, e as principais represas ainda estão vulneráveis, com seus reservatórios em níveis abaixo do seguro”, lembra Marussia. Em abril de 2013, o sistema Cantareira operava com cerca de 64% de sua capacidade, enquanto hoje tem 37% de seu volume operacional, sem contar volume morto; na mesma época, o Alto Tietê tinha 67%, enquanto hoje possui 41%. Neste mesmo período, em 2010, ambos sistemas operavam em seu limite com 99% (Cantareira) e 100% (Alto Tietê).

Confira, abaixo, a íntegra da Carta Aberta ao governador Geraldo Alckmin:

Carta Aberta da Aliança pela Água contra aumento o encerramento do Programa de

Bônus e da Tarifa de Contingência que levou à economia de 200 bilhões de litros de água em São Paulo.

No final de março, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP aprovou o pedido da SABESP para acabar, a partir de 1º maio, com o Programa de Bônus, que gera desconto para quem economiza água, e com a Tarifa de Contingência, que gera multa para quem aumenta o consumo.

A população não foi consultada sobre o encerramento do programa, apesar do papel decisivo para a economia de água. Segundo dados da própria SABESP, o engajamento dos consumidores por meio do bônus foi responsável por 30% da economia de água desde o início da crise. A decisão foi tomada pela ARSESP menos de uma semana depois de feito o pedido, sem qualquer consulta pública ou mesmo divulgação de justificativa técnica para seu encerramento.

Na sequência, em 12 de abril, a Agência aprovou aumento da tarifa em 8,45%. Os reajustes, de novembro de 2013 até o momento, totalizam um aumento acumulado de 37,25%, valor bem acima do IPCA no mesmo período (que foi de 22,62%). Descontada a inflação, a Agência autorizou um aumento real de 14,63% para a SABESP no período, também sem qualquer consulta pública.

O Programa de Bônus teve início em fevereiro de 2014 para a região abastecida pelo Sistema Cantareira. Com o agravamento da situação dos mananciais, no início de 2015 a medida foi ampliada para todos os consumidores da Grande São Paulo e teve como resultado, segundo Relatório de Sustentabilidade 2015 da SABESP, a economia de 200 bilhões de litros ou o equivalente a 5,6 m³/s. Nesse mesmo período foi implantada a Tarifa de Contingência, medida prevista na Lei Nacional de Saneamento para situações de emergência, que criou a “sobretaxa” sobre aumento do consumo em relação à média do ano anterior. Desde sua criação, ainda segundo o Relatório SABESP, a “sobretaxa” atingiu em média 19% das economias, das quais 8% foram isentas do pagamento por estarem dentro da faixa de consumo mínimo - até 10m³/s mensais.

A combinação das duas medidas com a redução de pressão nas redes - que foi responsável por 50% da economia de água - teve um impacto significativo para a diminuição de 25% do consumo per capita da RMSP (de 159 litros por habitantes ao dia em 2013 para 120 litros por habitante ao dia em 2015). Essa conquista é resultado de sacrifícios e de investimentos individuais dos consumidores da Grande São Paulo com coleta de água de chuva, reaproveitamento de água e redução de desperdício. A conscientização foi incentivada por meio de campanhas publicitárias que custaram milhões aos cofres públicos e também da atuação da imprensa e da sociedade civil organizada. Mas por que, então, encerrar programa tão exitoso?

Em dezembro passado, a Agência já havia alterado sem consulta prévia as regras para o

desconto, que na prática tornou muito mais difícil sua obtenção, mas mantinha o Programa de Bônus e Tarifa de Contingência e do Programa de Bônus até final de 2016 (deliberações ARSESP 615 e 614, publicadas no D.O em 24/12/2015). A decisão foi baseada em ofício da SABESP com dados favoráveis sobre os resultados do Programa e justificativa de que, mesmo com a tendência positiva de recuperação dos reservatórios por causa das chuvas, continuavam vigentes as restrições de retirada de água do Sistema Cantareira impostas pela Agência Nacional de Água - ANA e pelo Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo - DAEE. Essas restrições continuam em vigor.

No Relatório de Demonstrações Financeiras 2015, divulgado pela SABESP no final de março, é possível verificar que o Programa de Bônus teve impacto negativo no lucro líquido da empresa, que foi de R\$ 536,6 milhões, inferior a 2014 quando a empresa teve lucro de R\$ 930 milhões. Segundo o relatório, o Programa de Bônus “custou” R\$ 912,1 milhões e a tarifa de contingência gerou R\$ 499,7 milhões. A explicação para o pedido de encerramento de medidas tão importantes, ao que tudo indica, tem razões meramente financeiras e é absolutamente desproporcional ao processo de educação do consumidor para decisões de consumo mais conscientes e responsáveis.

Neste sentido, é alarmante o silêncio e omissão das instâncias de gestão de recursos hídricos e saneamento, que deveriam promover processo de consulta com a sociedade e uma avaliação mais criteriosa sobre os impactos do potencial aumento do consumo de água quando as represas ainda não atingiram níveis satisfatórios para essa época do ano. O encerramento prematuro e sem reflexão do Programa de Bônus e da Tarifa de Contingência reforçam o atual modelo tecnocrata das águas e transmitem uma mensagem equivocada: prejudica quem investiu e incentiva o retorno a padrões de consumo que não são mais viáveis em um futuro cada vez mais incerto em relação à disponibilidade de água na Grande São Paulo.

A estiagem 2014/2015 foi um momento agudo de uma crise estrutural que é resultado de um modelo de gestão que prioriza buscar água cada vez mais longe em detrimento de cuidar das fontes de água existentes, combinado com sérios problemas de participação de controle social.

A construção de segurança hídrica, portanto, passa necessariamente pelo enfrentamento de suas causas, que não será bem sucedido se não for o resultado de esforços de diferentes instâncias do governo e da sociedade.

Cientes de que o legado de enfrentamento da crise deve ser compartilhado, defendemos:

1 - A revogação imediata da deliberação ARSESP nº 643/2016, que autoriza novo reajusta anual tarifário.

2 - A revogação imediata das deliberações ARSESP nº 640 e 641 e manutenção do Programa de Bônus e Tarifa de Contingência enquanto vigorarem as regras de restrição de

retirada de água do Sistema Cantareira impostas pela ANA e DAEE;

3 - A revisão das regras para obtenção do desconto definidas pela deliberação ARSESP nº 614 /2015, de forma a evitar desestímulo à economia de água;

4 - A promoção pela ARSESP, em conjunto com as instâncias de recursos hídricos, municípios e sociedade civil, de debate sobre inclusão descontos e multas no âmbito do processo de revisão tarifária, que, segundo dados divulgados na imprensa, deve ser enviada pela SABESP para a ARSESP ainda em 2016.

Assinam essa carta as seguintes organizações e movimentos:

1. 350.org
2. Advogados Ativistas
3. Artigo 19
4. Associação Águas Claras do Rio Pinheiros
5. Associação BEM TE VI Diversidade
6. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES
7. Banque
8. CASA Brasil (Conselho de Assentamentos Sustentáveis da América Latina)
9. CENPEC
10. Cidade Azul
11. Cidade Democrática
12. Cisterna Já
13. Código urbano
14. Coletivo Curupira
15. Coletivo de Luta pela Água
16. Coletivo PermaSampa
17. Conectas Direitos Humanos
18. Conselho Regional de Psicologia SP – CRP SP
19. EarthCode Project
20. Engajamundo
21. Espaço - Formação, Assessoria e Documentação
22. Existe Água em São Paulo
23. Federação Nacional dos Urbanitários
24. Fluxo
25. Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental
26. Fundação AVINA
27. Fundação Tide Setubal
28. GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
29. Greenpeace Brasil
30. GT Meio Ambiente Rede Nossa São Paulo
31. Here and Now
32. ICLEI - Governos Locais para Sustentabilidade
33. IDEC - Instituto de Defesa ao Consumidor

34. *IDS – Instituto Democracia e Sustentabilidade*
35. *Iniciativa Verde*
36. *Instituto 5 elementos*
37. *Instituto Akatu*
38. *Instituto ALANA*
39. *Instituto Atá*
40. *Instituto Auá*
41. *Instituto Escolhas*
42. *Instituto Ethos*
43. *Instituto Jatobás*
44. *Instituto Kairos*
45. *Ipê – Instituto de Pesquisas Ecológicas*
46. *IPESA – Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais*
47. *ISA - Instituto Socioambiental*
48. *Itu vai Parar*
49. *Juntos!*
50. *Matilha Cultural*
51. *Mídia Ninja*
52. *Minha Sampa*
53. *Muda SP*
54. *Nascentes SP / Praça da nascente*
55. *NUCA – Núcleo de Conteúdos Ambientais*
56. *Núcleo Digital*
57. *Ocupe e Abrace*
58. *Portal ZN na Linha*
59. *Proteste**
60. *Rede De Olho nos Mananciais*
61. *Rede Novos Parques SP*
62. *Rios e Ruas*
63. *RPPN Fazenda Serrinha*
64. *Sala Crisantempo*
65. *SEAE - Sociedade Ecológica Amigos de Embu*
66. *SOS Mata Atlântica*
67. *TNC – The Nature Conservancy*
68. *Virada Sustentável*
69. *Volume Vivo*
70. *WRI Brasil*
71. *WWF Brasil*

* A Proteste assina a carta com a ressalva de que não concorda com a manutenção da Tarifa de Contingência.

LEMA+



aliança
pela água

Agência Lema

Leandro Matulja/ Leticia Zioni/ Larissa Marques
AgenciaLema.com.br

Informações para a imprensa:

Mauricio Sacramento (11) 3871-0022 ramal 228
mauricio@agencialema.com.br

Natacha Cintra (11) 3871-0022 ramal 224

Natacha@agencialema.com.br